

Cezar Roberto Bitencourt

*Tratado de* ***Direito Penal***

PARTE GERAL

**1**

21<sup>a</sup> edição  
revista, ampliada e atualizada  
2015



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

*Direção editorial* Luiz Roberto Curia  
*Gerência editorial* Thaís de Camargo Rodrigues  
*Editoria de conteúdo* Henderson Fürst  
*Assistência editorial* Deborah Caetano de Freitas Viadana

*Coordenação geral* Clarissa Borzochi Maria  
*Preparação de originais* Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e  
 Ana Cristina Garcia (coords.)  
 Maria de Lourdes Appas

*Arte e diagramação* Aldo Moutinho de Azevedo  
*Revisão de provas* Amélia Kassiss Ward e  
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)  
 Elaine Aparecida Costa Pires  
 Luciene Ruzzi Brocchi

*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva  
 Kelli Priscila Pinto  
 Tatiana dos Santos Romão

*Capa* Ricardo Gomes Barbosa

*Produção gráfica* Marli Rampim  
*Impressão* RR Donnelley  
*Acabamento* RR Donnelley

ISBN 978-85-02-04194-3 obra completa  
 ISBN 978-85-02-61856-5 volume 1

Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de direito penal : parte geral 1 / Cezar Roberto Bitencourt. – 21. ed. rev., ampl. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil  
 I. Título.

CDU-343(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito Penal 343 (81)

Data de fechamento da edição: 17-11-2014

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.  
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

109.421.021.001

968136

---



---

## ÍNDICE

---

<i>Abreviaturas</i> .....	9
<i>Nota do Autor à 20ª edição</i> .....	31
<i>Nota do Autor à 17ª edição</i> .....	33

### PRIMEIRA PARTE

#### FUNDAMENTOS E HISTÓRIA DO DIREITO PENAL

##### **CAPÍTULO I | CONCEITO DE DIREITO PENAL**

1. Considerações introdutórias .....	35
2. Conceito de Direito Penal .....	36
3. Caracteres do Direito Penal .....	37
4. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo .....	39
5. Direito Penal comum e Direito Penal especial .....	41
6. Direito Penal substantivo e Direito Penal adjetivo.....	41
7. Direito Penal num Estado Democrático de Direito.....	42

##### **CAPÍTULO II | PRINCÍPIOS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO ESTATAL**

1. Considerações introdutórias .....	49
2. Princípio da legalidade e princípio da reserva legal .....	50
2.1. Princípio da legalidade e as leis vagas, indeterminadas ou imprecisas..	51
3. Princípio da intervenção mínima.....	53
3.1. Princípio da fragmentariedade .....	55
4. Princípio da irretroatividade da lei penal .....	56
5. Princípio da adequação social .....	57
6. Princípio da insignificância .....	60
7. Princípio da ofensividade .....	61
8. Princípio de culpabilidade.....	63
9. Princípio da proporcionalidade.....	65
10. Princípio de humanidade .....	69

##### **CAPÍTULO III | HISTÓRIA DO DIREITO PENAL**

1. Considerações introdutórias .....	72
2. Direito Penal Romano .....	74
3. Direito Penal Germânico.....	77
4. Direito Penal Canônico.....	78

5. Direito Penal comum .....	80
6. Período humanitário. Os reformadores .....	81
6.1. Cesare de Beccaria .....	82
6.2. John Howard.....	84
6.3. Jeremias Bentham .....	86
7. História do Direito Penal brasileiro .....	89
7.1. Período colonial.....	89
7.2. Código Criminal do Império.....	90
7.3. Período republicano.....	91
7.4. Reformas contemporâneas.....	91
7.5. Perspectivas para o futuro .....	93

#### **CAPÍTULO IV | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL: PRIMEIRA FASE**

1. Considerações introdutórias .....	95
2. As correntes do pensamento positivista e sua repercussão na Ciência do Direito Penal.....	96
3. Escola Clássica.....	97
4. Escola Positiva .....	103
4.1. Cesare Lombroso (1835-1909).....	104
4.2. Rafael Garofalo (1851-1934) .....	105
4.3. Enrico Ferri (1856-1929).....	106
5. <i>Terza scuola</i> italiana .....	107
6. Escola moderna alemã .....	108
7. Escola Técnico-Jurídica.....	110
8. Escola correcionalista .....	111
9. Defesa social .....	113
10. Crise do pensamento positivista .....	113

#### **CAPÍTULO V | A EVOLUÇÃO EPISTEMOLÓGICA DO DIREITO PENAL: REFINAMENTO DA ELABORAÇÃO JURÍDICO-DOGMÁTICA**

1. O modelo neokantista.....	115
2. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	118
3. Pós-finalismo: o normativismo funcionalista.....	122
3.1. O sistema teleológico-funcional de Direito Penal formulado por Roxin .....	122
3.2. A radicalização da sistemática funcional na proposta de Jakobs..	124
3.3. Considerações críticas.....	127

## **CAPÍTULO VI | TEORIAS SOBRE FUNÇÕES, FINS E JUSTIFICAÇÕES DA PENA**

1. Generalidades .....	130
2. Teorias sobre a pena .....	132
3. Teorias absolutas ou retributivas da pena .....	133
3.1. Teoria de Kant .....	135
3.2. Teoria de Hegel.....	138
3.3. Outras teses retribucionistas da pena .....	139
3.4. Considerações críticas.....	141
4. Teorias relativas ou preventivas da pena .....	142
4.1. A prevenção geral .....	143
4.1.1. A prevenção geral negativa .....	143
4.1.2. A prevenção geral positiva .....	147
4.1.3. A prevenção geral positiva fundamentadora .....	149
4.2. A prevenção especial.....	152
5. A teoria mista ou unificadora da pena .....	155
5.1. A teoria unificadora dialética de Roxin .....	157
6. Modernas teorias de justificação da pena .....	159
6.1. A prevenção geral positiva limitadora.....	160

## **CAPÍTULO VII | SISTEMAS PENITENCIÁRIOS**

1. Sistema pensilvânico ou celular.....	163
1.1. Origens históricas .....	163
1.2. Características e objetivos do sistema .....	164
2. Sistema auburniano .....	165
2.1. Origens históricas .....	165
2.2. Características e objetivos do sistema .....	166
2.3. Sistemas pensilvânico e auburniano: semelhanças e diferenças...	167
3. Sistemas progressivos.....	169
3.1. Sistema progressivo inglês ou <i>mark system</i> .....	169
3.2. Sistema progressivo irlandês .....	170
3.3. Sistema de Montesinos .....	172
4. Algumas causas da crise do sistema progressivo.....	172

## **CAPÍTULO VIII | A NORMA PENAL**

1. Considerações preliminares .....	175
2. Técnica legislativa do Direito Penal: normas incriminadoras e não incriminadoras.....	178
3. Fontes do Direito Penal.....	180

4. Da interpretação das leis penais .....	186
4.1. As diversas modalidades de interpretação em matéria penal.....	188
4.1.1. Interpretação quanto às fontes: autêntica, jurisprudencial e doutrinária.....	188
4.1.2. Interpretação quanto aos meios: gramatical, histórica, lógica e sistemática.....	191
4.1.3. Interpretação quanto aos resultados: declarativa, extensiva e restritiva .....	195
5. A analogia e sua aplicação <i>in bonam partem</i> .....	196
5.1. Analogia e interpretação analógica: processo integrativo <i>versus</i> processo interpretativo .....	198
5.2. Analogia <i>in bonam partem</i> .....	199
6. Leis penais em branco.....	201
7. Funções e conteúdo da norma penal.....	203

## CAPÍTULO IX | LEI PENAL NO TEMPO

1. Considerações introdutórias .....	205
2. Princípios da lei penal no tempo .....	206
2.1. Irretroatividade da lei penal.....	206
2.2. Retroatividade e ultratividade da lei mais benigna.....	207
3. Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo.....	209
4. Lei intermediária e conjugação de leis.....	212
5. Leis excepcionais e temporárias .....	214
6. Retroatividade das leis penais em branco.....	216
7. Retroatividade e lei processual.....	218
8. Tempo do crime.....	219
8.1. Retroatividade da lei penal mais grave em crimes “continuado” ou “permanente”: Súmula 711 do STF.....	220

## CAPÍTULO X | LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Princípios dominantes.....	222
2. Conceito de território nacional .....	224
3. Lugar do crime .....	226
4. Extraterritorialidade .....	227
5. Lei penal em relação às pessoas .....	229
5.1. Imunidade diplomática .....	229
5.2. Imunidade parlamentar .....	230
5.3. Da imunidade parlamentar a partir da Emenda Constitucional n. 35/2001 .....	232
5.4. A imunidade processual e prisional .....	233

6. Extradicação .....	234
6.1. Conceito e espécies de extradição .....	235
6.2. Princípios e condições da extradição.....	235
6.3. Requisitos para a concessão de extradição.....	237
6.4. Procedimento do processo de extradição .....	239
6.5. Limitações à extradição .....	240
7. Deportação e expulsão.....	241
8. O Tribunal Penal Internacional.....	242
8.1. Tribunal Penal Internacional, prisão perpétua e princípio de humanidade.....	246
9. Controle jurisdicional de convencionalidade das leis.....	248

## **CAPÍTULO XI | CONFLITO APARENTE DE NORMAS**

1. Considerações gerais.....	254
2. Princípios regentes do conflito aparente de normas.....	254
2.1. Princípio da especialidade.....	255
2.2. Princípio da subsidiariedade .....	255
2.3. Princípio da consunção.....	256
3. Antefato e pós-fato impuníveis .....	258

## **SEGUNDA PARTE** **TEORIA GERAL DO DELITO**

### **CAPÍTULO XII | A EVOLUÇÃO DA TEORIA GERAL DO DELITO**

1. Considerações preliminares.....	261
2. O modelo positivista do século XIX.....	262
3. O modelo neokantista.....	264
4. O ontologismo do finalismo de Welzel.....	266
5. Pós-finalismo: os modelos funcionalistas .....	269

### **CAPÍTULO XIII | CONCEITO DE CRIME**

1. Antecedentes da moderna teoria do delito .....	272
2. O conceito clássico de delito .....	273
3. O conceito neoclássico de delito .....	275
4. O conceito de delito no finalismo .....	276
5. O conceito analítico de crime.....	277
6. A definição legal de crime no Brasil .....	279
7. Classificação das infrações penais .....	279
7.1. Classificação tripartida e bipartida .....	279
7.2. Crimes doloso, culposo e preterdoloso .....	280
7.3. Crimes comissivo, omissivo e comissivo-omissivo.....	280

7.4. Crimes instantâneo e permanente .....	281
7.5. Crimes material, formal e de mera conduta .....	281
7.6. Crimes de dano e de perigo .....	282
7.7. Crimes unissubjetivo e plurissubjetivo .....	283
7.8. Crimes unissubsistente e plurissubsistente.....	283
7.9. Crimes comum, próprio e de mão própria .....	283
7.10. Crimes de ação única, de ação múltipla e de dupla subjetividade.	284

## **CAPÍTULO XIV | A CONDUTA PUNÍVEL**

1. Considerações gerais.....	285
2. Teorias da ação.....	286
2.1. Teoria causal-naturalista da ação.....	286
2.2. Teoria final da ação .....	288
2.3. Teoria social da ação .....	291
2.3.1. Inconsistência das controvérsias entre as teorias final e social do conceito de ação .....	293
2.4. Teoria da ação significativa.....	295
3. Ausência de ação e de omissão.....	298
4. Os sujeitos da ação .....	300
4.1. Os sujeitos ativo e passivo da ação .....	300
4.2. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime .....	302
4.2.1. Responsabilidade penal nos crimes contra o sistema financeiro.....	306

## **CAPÍTULO XV | A OMISSÃO E SUAS FORMAS**

1. Considerações gerais.....	308
2. Crimes omissivos próprios .....	309
3. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão .....	310
3.1. Pressupostos fundamentais do crime omissivo impróprio .....	311
4. Fontes originadoras da posição de garantidor.....	312
4.1. Obrigação legal de cuidado, proteção ou vigilância .....	312
4.2. De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado	313
4.3. Com o comportamento anterior, cria o risco da ocorrência do resultado.....	314

## **CAPÍTULO XVI | RELAÇÃO DE CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA**

1. Considerações gerais.....	316
2. Teoria da equivalência das condições ou <i>conditio sine qua non</i> .....	317
3. Limitações do alcance da teoria da <i>conditio sine qua non</i> .....	319
3.1. Localização do dolo e da culpa no tipo penal .....	319



3.2. Causas (concausas) absolutamente independentes.....	320
3.2.1. Causas relativamente independentes .....	320
3.3. Superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produz o resultado .....	322
4. Outras teorias da causalidade .....	324
5. A relevância causal da omissão.....	326
6. A teoria da imputação objetiva e âmbito de aplicação .....	327
6.1. Considerações críticas.....	337

## **CAPÍTULO XVII | TIPO E TIPICIDADE**

1. Fases da evolução da teoria do tipo .....	339
2. Tipo e tipicidade .....	344
2.1. Noção de tipo .....	344
2.2. Juízo de tipicidade .....	345
2.3. Tipicidade.....	346
2.4. Funções do tipo penal.....	346
3. Bem jurídico e conteúdo do injusto.....	348
4. Elementos estruturais do tipo.....	349

## **CAPÍTULO XVIII | TIPO DE INJUSTO DOLOSO**

1. Tipo objetivo .....	352
1.1. O autor da ação.....	352
1.2. Ação ou omissão .....	353
1.3. Resultado .....	353
1.4. Nexo causal e imputação objetiva .....	354
2. Tipo subjetivo .....	355
2.1. Elemento subjetivo geral: dolo .....	355
2.1.1. Definição de dolo.....	355
2.1.2. Teorias do dolo .....	356
2.1.3. Elementos do dolo .....	358
2.1.4. Espécies de dolo: direto e eventual .....	360
2.2. Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto .....	364
2.2.1. Delitos de intenção.....	365
2.2.2. Delitos de tendência .....	366
2.2.3. Momentos especiais de ânimo.....	367
2.2.4. Especiais motivos de agir .....	367
3. Erro de tipo .....	369

4. Princípios da adequação social e da insignificância .....	369
4.1. Princípio da adequação social .....	369
4.2. Princípio da insignificância .....	370

## **CAPÍTULO XIX | TIPO DE INJUSTO CULPOSO**

1. Definição do tipo de injusto culposo.....	371
2. Elementos do tipo de injusto culposo.....	374
2.1. Inobservância do cuidado objetivo devido e princípio da confiança.....	374
2.2. Produção de um resultado e nexo causal .....	376
2.3. Previsibilidade objetiva do resultado.....	377
2.4. Conexão interna entre desvalor da ação e desvalor do resultado..	378
3. Modalidades de culpa .....	379
4. Espécies de culpa .....	381
4.1. Culpa consciente ou com representação.....	382
4.2. Culpa inconsciente ou sem representação .....	383
4.3. Culpa imprópria ou culpa por assimilação .....	383
5. Distinção entre dolo eventual e culpa consciente.....	385
6. Concorrência e compensação de culpas .....	386
7. Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado .....	387

## **CAPÍTULO XX | A ANTIJURIDICIDADE**

1. Considerações gerais. Antecedentes da antijuridicidade .....	388
2. Terminologia: antijuridicidade e injusto. Antinormatividade e antijuridicidade. Ilicitude e antijuridicidade.....	390
3. Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	391
3.1. Concepção unitária de antijuridicidade.....	393
4. Antijuridicidade genérica e antijuridicidade específica .....	394
4.1. Antijuridicidade penal e antijuridicidade extrapenal: ilicitude única e independência de instâncias .....	396
5. Desvalor da ação e desvalor do resultado .....	399

## **CAPÍTULO XXI | CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO**

1. Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação .....	402
2. Elementos objetivos e subjetivos das causas de justificação.....	404
3. Consentimento do ofendido como causa supralegal de justificação.....	405
4. Excesso nas causas de justificação.....	408
5. Estado de necessidade .....	409

5.1. Estado de necessidade “justificante” e estado de necessidade “exculpante” .....	411
5.1.1. Estado de necessidade e colisão de deveres.....	414
5.2. Requisitos do estado de necessidade .....	416
5.2.1. Existência de perigo atual e inevitável .....	417
5.2.2. Direito (bem jurídico) próprio ou alheio .....	418
5.2.3. Não provocação voluntária do perigo.....	419
5.2.4. Inevitabilidade do perigo por outro meio .....	420
5.2.5. Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado.....	420
5.2.6. Elemento subjetivo: finalidade de salvar o bem do perigo ..	421
5.2.7. Ausência de dever legal de enfrentar o perigo.....	421
5.3. Causa de diminuição de pena (minorante) .....	422
6. Legítima defesa .....	422
6.1. Considerações gerais.....	422
6.2. Fundamento e natureza jurídica.....	423
6.3. Conceito e requisitos .....	424
6.3.1. Agressão injusta, atual ou iminente.....	424
6.3.2. Direito (bem jurídico) próprio ou alheio .....	426
6.3.3. Meios necessários, usados moderadamente (proporcionalidade).....	427
6.3.4. Elemento subjetivo: <i>animus defendendi</i> .....	428
6.4. Legítima defesa sucessiva e recíproca.....	429
6.5. Legítima defesa e estado de necessidade.....	429
7. Outras excludentes de criminalidade.....	430
7.1. Estricto cumprimento de dever legal.....	430
7.2. Exercício regular de direito .....	432
7.3. <i>Offendiculas</i> .....	433
7.4. O excesso nas causas de justificação à luz da Reforma Penal de 1984 .....	434

## CAPÍTULO XXII | A CULPABILIDADE

1. Considerações introdutórias .....	436
2. Culpabilidade como predicado do crime.....	438
3. Antecedentes das modernas teorias da culpabilidade .....	441
4. Teoria psicológica da culpabilidade.....	441
4.1. Crítica à teoria psicológica .....	443
5. Precusores da teoria psicológico-normativa da culpabilidade .....	444
6. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade .....	446
6.1. Crítica à teoria psicológico-normativa .....	447

## CAPÍTULO XXIII | TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE: SIGNIFICADO, CRISE E EVOLUÇÃO

1. Considerações genéricas.....	449
2. Definição e fundamento da culpabilidade normativa pura .....	451
3. Elementos da culpabilidade normativa pura .....	456
3.1. Imputabilidade .....	456
3.2. Possibilidade de conhecimento da ilicitude do fato .....	457
3.3. Exigibilidade de obediência ao Direito.....	458
4. A importância da teoria finalista da ação para a teoria normativa pura da culpabilidade .....	459
5. Os problemas do livre-arbítrio na fundamentação da reprovação de culpabilidade .....	460
6. Crise da teoria normativa pura da culpabilidade.....	464
7. O conceito funcional de culpabilidade .....	465
7.1. Culpabilidade e prevenção na visão de Roxin.....	466
7.2. Culpabilidade e prevenção na visão de Jakobs.....	468
8. A teoria da motivabilidade pelas normas .....	469

## CAPÍTULO XXIV | EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE

1. Inimputabilidade e culpabilidade diminuída .....	473
1.1. Imputabilidade e sistemas adotados.....	473
1.2. Inimputabilidade .....	474
1.2.1. Responsabilidade do menor pela prática de ato infracional (ECA).....	476
1.2.2. Menoridade .....	476
1.2.3. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	479
1.3. Culpabilidade diminuída .....	481
1.4. Consequências jurídico-penais .....	482
2. Coação moral irresistível e obediência hierárquica.....	483
2.1. Coação moral irresistível .....	483
2.2. Obediência hierárquica.....	486
2.2.1. Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar .....	488
3. A emoção e a paixão.....	489
4. A embriaguez e substâncias de efeitos análogos .....	491
4.1. Generalidades e <i>actio libera in causa</i> .....	491
4.2. Formas ou modalidades de embriaguez .....	495
4.2.1. Embriaguez não acidental: intencional ou culposa .....	495
4.2.2. Embriaguez acidental: caso fortuito ou força maior .....	496
4.2.3. Embriaguez preordenada .....	497

4.2.4. Embriaguez habitual e patológica .....	498
5. Erro de proibição.....	499
6. Caso fortuito e força maior.....	499

## **CAPÍTULO XXV | ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO**

1. Considerações introdutórias .....	501
2. Ausência de conhecimento da ilicitude e ignorância da lei .....	502
3. Teorias do dolo e da culpabilidade.....	505
4. Teoria dos elementos negativos do tipo.....	510
5. Erro de tipo e erro de proibição.....	511
5.1. Erro sobre elementos normativos especiais da ilicitude .....	514
6. Erro sobre pressuposto objetivo da causa de justificação .....	516
6.1. Um erro <i>sui generis</i> : considerações críticas .....	519
6.2. “Erro culposo” não se confunde com “crime culposo” .....	520
7. Modalidades de erro sobre a ilicitude .....	522
7.1. Erro de proibição direto .....	523
7.2. Erro mandamental.....	523
7.3. Erro de proibição indireto .....	524
8. A discutível escusabilidade de determinados erros .....	525

## **CAPÍTULO XXVI | CRIME CONSUMADO E CRIME TENTADO**

1. Crime consumado.....	528
2. Tentativa.....	529
3. <i>Iter criminis</i> .....	530
4. Distinção entre atos preparatórios e atos executórios .....	532
5. Natureza e tipicidade da tentativa.....	533
6. Elementos da tentativa.....	534
7. Espécies ou formas de tentativas.....	535
8. Punibilidade da tentativa .....	536
9. Infrações que não admitem tentativa .....	537
10. Desistência voluntária.....	539
11. Arrependimento eficaz.....	540
12. Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz .....	540
13. Crime impossível ou tentativa inidônea .....	542
13.1. Punibilidade do crime impossível.....	542
14. Crime putativo.....	543
15. Flagrante provocado .....	543

**CAPÍTULO XXVII | CONCURSO DE PESSOAS**

1. Introdução .....	546
2. Teorias sobre o concurso de pessoas .....	547
3. Causalidade física e psíquica .....	550
4. Requisitos do concurso de pessoas .....	552
5. Autoria .....	553
5.1. Conceito extensivo de autor .....	554
5.2. Conceito restritivo de autor .....	555
5.3. Teoria do domínio do fato .....	557
6. Autoria mediata .....	559
7. Coautoria .....	560
8. Participação em sentido estrito .....	561
8.1. Espécies de participação .....	562
8.2. Fundamento da punibilidade da participação .....	564
8.3. Princípio da acessoriedade da participação .....	565
9. Concurso em crime culposo .....	567
10. Concurso em crimes omissivos .....	568
11. Autoria colateral .....	569
12. Multidão delinquente .....	570
13. Participação impunível .....	571
14. Punibilidade do concurso de pessoas .....	571
14.1. Participação de menor importância .....	572
14.2. Cooperação dolosamente distinta .....	572
15. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares .....	574

**TERCEIRA PARTE****CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO DELITO****CAPÍTULO XXVIII | HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA PENA DE PRISÃO**

1. Considerações introdutórias .....	577
2. A Antiguidade .....	578
3. A Idade Média .....	579
4. A Idade Moderna .....	582
5. Causas que levaram à transformação da prisão-custódia em prisão-pena .....	585
6. Início e fim de um mito .....	592
7. Análise político-criminal da reincidência .....	597
8. O objetivo ressocializador na visão da Criminologia Crítica .....	600
8.1. Algumas sugestões de Alessandro Baratta para combater a delinquência .....	601

9. O objetivo ressocializador “mínimo” .....	607
--	-----

## **CAPÍTULO XXIX | PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE**

1. Considerações gerais .....	610
2. Reclusão e detenção .....	612
3. Regimes penais .....	614
3.1. Regras do regime fechado .....	614
3.2. Regras do regime semiaberto .....	615
3.2.1. Concessão de trabalho externo, desde o início da pena ...	615
3.3. Regras do regime aberto .....	618
3.4. Regras do regime disciplinar diferenciado .....	618
4. Regime inicial .....	618
4.1. Regime inicial nos crimes hediondos .....	622
5. Prisão domiciliar .....	622
6. Progressão e regressão .....	624
6.1. Progressão .....	624
6.1.1. A progressão nos crimes hediondos .....	625
6.1.2. A progressão nos crimes hediondos a partir da Lei n. 9.455/97 .....	626
6.1.3. Progressão de regime antes do trânsito em julgado de decisão condenatória (Súmula 716) .....	630
6.2. Regressão .....	630
6.3. Requisitos da progressão .....	631
7. Exame criminológico .....	633
7.1. Exame criminológico e exame de personalidade .....	635
7.2. Obrigatoriedade do exame criminológico .....	635
8. Detração penal .....	637
9. Trabalho prisional .....	639
10. Remição pelo trabalho e pelo estudo .....	639
10.1. Remição pelo trabalho em regime aberto: possibilidade segundo os princípios da isonomia e da analogia .....	643
10.2. Prática de falta grave pode revogar a remição de até 1/3 (um terço) da pena remida .....	645
10.3. Prescrição de falta grave praticada após cinco anos de remição ...	646
11. Regime disciplinar diferenciado .....	646
11.1. Considerações preliminares .....	646
11.2. A previsão legal do regime disciplinar diferenciado .....	648

## **CAPÍTULO XXX | PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**

1. Considerações gerais .....	654
2. Antecedentes das penas alternativas .....	655
3. Cominação e aplicação das penas alternativas .....	659
4. Requisitos ou pressupostos necessários à substituição .....	662

4.1. Novos aspectos nos critérios orientadores da substituição .....	666
4.1.1. Substituição nos crimes culposos.....	666
4.1.2. Anormalidade das circunstâncias: (in)suficiência da substituição da pena de prisão no homicídio culposo de trânsito .....	667
4.1.3. Substituição nas penas de até um ano de prisão .....	671
4.1.4. Substituição nas penas de até seis meses de prisão.....	672
5. Espécies de penas restritivas.....	673
5.1. Prestação pecuniária .....	673
5.1.1. Definição e destinatários da “prestação pecuniária” .....	673
5.1.2. Injustificada limitação da “compensação”: condenação em ação reparatória .....	673
5.1.3. Possibilidade de estender a “compensação” às conciliações cíveis .....	674
5.1.4. Sanção penal fixada em salários mínimos: duvidosa constitucionalidade .....	674
5.2. Perda de bens e valores .....	675
5.2.1. Distinção entre “confisco-pena” e “confisco-efeito da condenação” .....	675
5.2.2. Limites do confisco .....	676
5.3. Prestação de outra natureza (inominada).....	676
5.3.1. Natureza consensual dessa “conversão” .....	677
5.3.2. “Conversão” somente da “prestação pecuniária”: seu fundamento.....	677
5.4. Limitação de fim de semana .....	678
5.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	681
5.6. Interdição temporária de direitos.....	685
6. Penas restritivas como incidente de execução.....	692
7. Conversão das penas restritivas de direitos .....	694
7.1. Novos aspectos relativos à conversão .....	694
7.1.1. Coercibilidade da conversão .....	694
7.1.2. Limite temporal da conversão e detração penal.....	694
7.1.3. Ressalva: <i>quantum</i> mínimo de conversão.....	695
7.1.4. Exclusão das penas pecuniárias da “conversibilidade” à pena de prisão.....	695
7.2. Causas gerais de conversão.....	696
7.3. Causas especiais de conversão .....	700
8. Consentimento do condenado.....	702
9. Crimes hediondos e a Lei n. 9.714/98 .....	703



10. Conflito político-criminal entre as Leis n. 9.714/98 e 9.099/95.....	706
10.1. Lesão corporal leve dolosa, ameaça e constrangimento ilegal ....	707
11. Limites das novas penas alternativas e a suspensão condicional do processo .....	708
11.1. Divergência quanto aos requisitos de admissibilidade .....	709
12. Novas penas alternativas e prisão processual: incompatibilidade .....	711

## **CAPÍTULO XXXI | APLICAÇÃO SUBSTITUTIVA DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS NAS LEIS N. 9.503/97 E 9.605/98**

1. Considerações gerais .....	713
2. Aplicação dos institutos penais da Lei n. 9.099/95 aos crimes tipificados no Código de Trânsito Brasileiro: interpretação do art. 291 ...	713
2.1. Interpretação e aplicação do art. 291 e parágrafo único, conforme a redação originária do CTB (antes da alteração produzida pela Lei n. 11.705/2008) .....	715
2.2. Interpretação e aplicação do art. 291 após a alteração produzida pela Lei n. 11.705/2008 .....	720
2.3. Interpretação e aplicação do art. 291 após a entrada em vigor da Lei n. 12.971/2014 .....	722
3. Aplicação <i>substitutiva</i> ou <i>alternativa</i> das penas “restritivas de direitos” nas infrações definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98) .....	724
3.1. Aplicação dos postulados da Lei n. 9.099/95 nas infrações penais definidas na Lei Ambiental (Lei n. 9.605/98) .....	725
3.1.1. A transação penal na nova Lei Ambiental .....	725
3.1.2. Prévia composição ou prévia reparação do dano .....	726
3.1.3. Comprovada impossibilidade de composição do dano ....	727
3.1.4. A suspensão condicional do processo .....	728
3.1.5. Limites constitucionais da transação penal .....	730

## **CAPÍTULO XXXII | OUTRAS PENAS ALTERNATIVAS**

1. Síntese dos fundamentos da Exposição de Motivos relativos aos aspectos vetados .....	731
2. Razões dos vetos presidenciais .....	732
3. Recolhimento domiciliar .....	733
3.1. Prisão domiciliar disciplinada na Lei de Execução Penal .....	734
4. Advertência, frequência a curso e submissão a tratamento .....	736
4.1. A pena de “advertência” .....	736
4.2. Pena de “frequência a curso” .....	741
4.3. Pena de “submissão a tratamento” .....	741
5. Advertência e comparecimento a programa ou curso educativo (Lei n. 11.343/2006) .....	744

5.1. Natureza jurídica das sanções cominadas à infração cometida pelo usuário de drogas.....	747
5.2. Conteúdo da advertência sobre os efeitos das drogas e da medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo ..	748

### **CAPÍTULO XXXIII | PENAS PECUNIÁRIAS**

1. Considerações gerais.....	751
2. Origens das penas pecuniárias .....	752
3. Conceito e tipos de penas pecuniárias.....	753
4. Origem do sistema dias-multa.....	756
5. O Direito Penal positivo brasileiro.....	757
5.1. Cominação e aplicação da pena de multa .....	757
5.2. O sistema dias-multa .....	758
5.3. Limites da pena de multa .....	758
5.4. Dosimetria da pena de multa .....	760
5.5. Multa substitutiva .....	761
6. Aplicação na legislação extravagante.....	761
7. Fase executória da pena pecuniária.....	762
7.1. Pagamento da multa .....	762
7.2. Formas de pagamento da multa.....	764
7.3. Conversão da multa na versão da Reforma Penal de 1984.....	765
8. A competência para a execução da pena de multa à luz da Lei n. 9.268/96 .....	766
9. A inevitável prescrição durante a execução .....	769

### **CAPÍTULO XXXIV | APLICAÇÃO DA PENA**

1. Individualização da pena .....	771
2. Circunstâncias e elementares do crime .....	772
3. Circunstâncias judiciais.....	773
3.1. Circunstâncias judiciais nos denominados “crimes societários”. .....	778
4. Circunstâncias legais: atenuantes e agravantes genéricas.....	780
4.1. Circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes .....	781
5. Causas de aumento e de diminuição da pena .....	782
6. Dosimetria da pena.....	783
6.1. Pena-base: circunstâncias judiciais.....	783
6.2. Pena provisória: agravantes e atenuantes.....	785
6.2.1. Pena aquém do mínimo: uma garantia constitucional .....	785
6.3. Pena definitiva.....	788

**CAPÍTULO XXXV | CONCURSO DE CRIMES**

1. Introdução .....	791
2. Sistemas de aplicação da pena.....	791
3. Espécies de concurso de crimes .....	792
3.1. Concurso material .....	792
3.2. Concurso formal.....	792
3.3. Crime continuado.....	793
3.3.1. Origem histórica .....	793
3.3.2. Definição do crime continuado .....	793
3.3.3. Natureza jurídica do crime continuado .....	793
3.3.4. Teorias do crime continuado.....	795
3.3.5. Requisitos do crime continuado.....	796
3.3.6. Crime continuado específico .....	797
4. Dosimetria da pena no concurso de crimes .....	798
5. Erro na execução — <i>aberratio ictus</i> .....	799
5.1. Qualidades da vítima.....	800
6. Resultado diverso do pretendido.....	800
7. Limite de cumprimento da pena de prisão .....	801

**CAPÍTULO XXXVI | SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA**

1. Origem e desenvolvimento do instituto.....	802
2. Conceito e denominação do instituto.....	803
3. Natureza jurídica .....	805
4. A suspensão condicional no Direito positivo brasileiro .....	807
4.1. Requisitos ou pressupostos necessários.....	809
4.2. Espécies de suspensão condicional .....	813
4.2.1. Condições do <i>sursis</i> .....	814
4.3. O período de prova .....	815
4.3.1. Causas de revogação obrigatória.....	816
4.3.2. Causas de revogação facultativa.....	817
4.4. Prorrogação do período de prova .....	819
5. Extinção da pena privativa de liberdade .....	820

**CAPÍTULO XXXVII | LIVRAMENTO CONDICIONAL**

1. Origem e desenvolvimento do livramento condicional.....	821
2. Conceito e caracteres da liberdade condicional.....	823
3. Natureza jurídica da liberdade condicional.....	824
4. A liberdade condicional no Direito brasileiro.....	825

5. Requisitos ou pressupostos necessários .....	826
5.1. Requisitos ou pressupostos objetivos .....	826
5.2. Requisitos ou pressupostos subjetivos.....	829
5.3. Requisito específico .....	833
6. Condições do livramento condicional .....	835
6.1. Condições de imposição obrigatória .....	835
6.2. Condições de imposição facultativa .....	837
7. Causas de revogação do livramento condicional.....	839
7.1. Causas de revogação obrigatória .....	839
7.2. Causas de revogação facultativa .....	841
8. Suspensão do livramento condicional .....	842
9. Efeitos de nova condenação .....	843
10. Prorrogação do livramento e extinção da pena .....	845

### **CAPÍTULO XXXVIII | EFEITOS DA CONDENAÇÃO E REABILITAÇÃO**

1. Efeitos gerais.....	847
2. Efeitos extrapenais.....	847
2.1. Efeitos genéricos .....	847
2.2. Efeitos específicos .....	850
2.3. Perda de cargo ou função pública, por condenação criminal a pena inferior a um ano .....	853
3. Reabilitação.....	854
3.1. Pressupostos e requisitos necessários .....	855
3.2. Efeitos da reabilitação .....	856
3.3. Revogação da reabilitação .....	858
3.4. Competência e recurso.....	858

### **CAPÍTULO XXXIX | MEDIDAS DE SEGURANÇA**

1. Considerações introdutórias .....	859
2. Diferenças entre pena e medida de segurança.....	860
3. Princípio da legalidade.....	860
4. Pressupostos ou requisitos para aplicação da medida de segurança.....	860
5. Espécies de medidas de segurança .....	861
6. Tipos de estabelecimentos.....	862
7. Prescrição e extinção da punibilidade .....	863
8. Prazo de duração da medida de segurança: limites mínimo e máximo...	864
9. Execução, suspensão e extinção da medida de segurança .....	866

10. Substituição da pena por medida de segurança .....	866
11. Verificação da cessação de periculosidade .....	868
<b>CAPÍTULO XL   A AÇÃO PENAL</b>	
1. Considerações introdutórias .....	870
2. Espécies de ação penal .....	871
2.1. Ação penal pública .....	871
2.2. Ação penal privada .....	872
3. Representação criminal e requisição do Ministro da Justiça .....	874
3.1. Irretratabilidade da representação .....	874
4. Decadência do direito de queixa e de representação .....	875
4.1. Renúncia ao direito de queixa .....	876
4.2. A renúncia nos Juizados Especiais Criminais .....	878
5. Perdão do ofendido .....	879
5.1. Divisão, extensão e aceitação do perdão .....	879
5.2. Limites temporais do perdão e da renúncia .....	880
<b>CAPÍTULO XLI   DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE</b>	
1. Considerações gerais .....	881
2. Causas extintivas da punibilidade .....	882
2.1. Morte do agente .....	882
2.2. Anistia, graça e indulto .....	882
2.3. <i>Abolitio criminis</i> .....	883
2.4. Prescrição, decadência e perempção .....	883
2.5. Renúncia e perdão .....	884
2.6. Retratação do agente .....	884
2.7. Casamento do agente com a vítima .....	885
2.8. Casamento da vítima com terceiro .....	886
2.9. Perdão judicial .....	886
<b>CAPÍTULO XLII   PRESCRIÇÃO</b>	
1. Considerações introdutórias .....	888
2. Fundamentos políticos da prescrição .....	889
3. Espécies de prescrição .....	891
3.1. Prescrição da pretensão punitiva .....	892
3.1.1. Prescrição da pretensão punitiva abstrata .....	892
3.1.2. Prescrição da pretensão punitiva retroativa .....	893
3.1.3. Supressão de parcela da prescrição retroativa: inconstitucionalidade manifesta .....	895

3.1.3.1. Supressão de parcela do lapso prescricional e violação do princípio da proporcionalidade .....	899
3.1.3.2. Violação da garantia constitucional da duração razoável do processo.....	904
3.1.4. Prescrição da pretensão punitiva intercorrente ou subsequente .....	909
3.2. Prescrição da pretensão executória .....	910
4. Termo inicial da prescrição .....	911
5. Causas modificadoras do curso prescricional.....	915
5.1. Suspensão do prazo prescricional .....	915
5.1.1. Novas causas suspensivas da prescrição.....	916
5.1.2. Suspensão da prescrição nos termos do art. 366 do CPP: correção da Súmula 415 do STJ.....	919
5.2. Interrupção do prazo prescricional .....	920
5.2.1. Recebimento da denúncia ou da queixa (I).....	921
5.2.2. Pronúncia e sua confirmação (II e III) .....	921
5.2.3. Publicação da sentença ou acórdão condenatório recoráveis (IV) .....	921
5.2.3.1. Publicação de sentença condenatória recorrível..	922
5.2.3.2. Pela publicação de acórdão condenatório recorrível .....	922
5.2.4. Início ou continuação do cumprimento da pena (V).....	924
5.2.5. Reincidência (VI) .....	924
5.3. Recebimento da denúncia: causas de rejeição e absolvição sumária .....	925
5.4. Recebimento da denúncia: contraditório antecipado e reflexos na prescrição .....	927
5.5. Causas redutoras do prazo prescricional.....	928
6. Prescrição da pena de multa.....	929
<i>Bibliografia</i> .....	931

# TRATADO DE DIREITO PENAL

Cezar  
Roberto  
Bitencourt

Volume 2

## PARTE ESPECIAL

(Arts. 121 a 154-B)

*Crimes contra  
a pessoa*

21ª edição  
revista e atualizada  
2021

saraiva 

ISBN 978-85-536-0767-9 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Av. Paulista, 901, 3ª andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@somoseduacao.com.br

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência de projetos e produção editoriais** Fernando Penteado

**Planejamento** Josiane de Araujo Rodrigues

**Novos projetos** Sérgio Lopes de Carvalho  
 Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
 Deborah Caetano de Freitas Viadana  
 Estevão Bula Gonçalves

**Produção editorial** Daniele Debora de Souza (coord.)  
 Estela Janiski Zumbano  
 Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
 Camilla Felix Cianelli Chaves  
 Claudirene de Moura Santos Silva  
 Deborah Mattos  
 Guilherme H. M. Salvador  
 Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Kelli Priscila Pinto  
 Laura Paraíso Buldrini Filogônio  
 Marília Cordeiro  
 Nicolay Wasconcelos Razuk

**Diagramação e revisão** Kalima Editores  
**Capa** IDÉE arte e comunicação

**Produção gráfica** Marli Rampim  
 Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Gráfica Santa Marta

Bitencourt, Cezar Roberto

Tratado de direito penal: Parte especial: crimes contra a  
 pessoa – arts. 121 a 154-B – v. 2 / Cezar Roberto Bitencourt.  
 – 21. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
 688 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-025-8 (impresso)

1. Direito penal. I. Título.

CDD 340

20-0469

CDU 343.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal

Data de fechamento da edição: 16-12-2020

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
 qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva  
 Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
 na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606750 CAE 736341



---

ÍNDICE

<i>Publicações do autor</i> .....	5
<i>Abreviaturas</i> .....	7
<i>Nota do autor à 20ª edição</i> .....	29
<i>Nota do autor à 3ª edição</i> .....	31

**CAPÍTULO I | CRIMES CONTRA A PESSOA E RESPONSABILIDADE PENAL**

1. Considerações introdutórias .....	33
2. Princípio da reserva legal e Estado Democrático de Direito .....	34
3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	36
3.1 Antecedentes históricos.....	37
3.1.1 O Direito Romano.....	37
3.1.2 Os glosadores.....	38
3.1.3 Os canonistas.....	39
3.1.4 Os pós-glosadores.....	40
3.2 Incompatibilidades dogmáticas da responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	41
3.2.1 Função do Direito Penal.....	42
3.2.2 A (in)capacidade de ação da pessoa jurídica.....	42
3.2.3 A (in)capacidade de culpabilidade das pessoas jurídicas.....	45
3.3 Criminalidade moderna e Direito Administrativo sancionador.....	47
3.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica à luz da Constituição Federal.....	49

**CAPÍTULO II | HOMICÍDIO**

1. Considerações preliminares.....	57
2. Bem jurídico tutelado.....	59
3. Sujeitos ativo e passivo .....	60
3.1 Sujeito passivo especial.....	61
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	64
4.1 Materialidade do homicídio: crime que deixa vestígios.....	65
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	69
6. Consumação e tentativa.....	73

6.1 Circunstâncias alheias à vontade do agente .....	77
7. Tentativa branca: homicídio e perigo para a vida ou saúde de outrem .....	78
8. Classificação doutrinária .....	79
9. Figuras típicas do homicídio .....	79
10. Homicídio simples .....	80
10.1 Homicídio simples e crime hediondo: atividade típica de grupo de extermínio .....	80
11. Homicídio privilegiado .....	82
11.1 Impelido por motivo de relevante valor social.....	82
11.2 Impelido por motivo de relevante valor moral .....	83
11.3 Sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima .....	84
11.4 Homicídio privilegiado: obrigatoriedade da redução de pena .....	88
11.5 Concurso com qualificadoras subjetivas: homicídio privilegiado/qualificado.....	88
12. Homicídio qualificado .....	90
12.1 Motivos qualificadores .....	90
12.2 Meios qualificadores.....	93
12.3 Modos qualificadores .....	97
12.4 Fins qualificadores .....	98
13. Homicídio cometido contra integrantes de órgãos da segurança pública e seus familiares.....	100
13.1 Sujeito ativo do homicídio qualificado.....	100
13.2 Sujeitos passivos do crime.....	100
13.2.1 Extensão da qualificadora para outros agentes .....	102
13.2.1.1 Guardas municipais.....	102
13.2.1.2 Agentes de segurança viária.....	102
13.2.1.3 Servidores aposentados: regra geral, não integram ..	103
13.2.2 Familiares das autoridades, agentes e integrantes dos órgãos de segurança pública .....	103
13.2.3 Parentes por afinidade não estão abrangidos.....	104
13.3 No exercício da função ou em decorrência dela .....	104
13.4 Filho adotivo — parentesco civil.....	104
14. Homicídio culposo.....	106
14.1 Estrutura típica do crime culposo .....	109
14.2 Relação de causalidade no homicídio culposo .....	112
14.3 Culpa imprópria e erro culposo .....	113
14.4 Dolo eventual e culpa consciente .....	114
14.5 Concorrência e compensação de culpas .....	115

14.6 Crime preterdoloso e crime qualificado pelo resultado .....	115
14.6.1 Inadmissibilidade de tentativa no homicídio preterintencional ...	116
14.7 Concurso de pessoas em homicídio culposo.....	117
14.8 Homicídio culposo no trânsito .....	118
14.8.1 Capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou substância psicoativa .....	119
14.8.2 Desvalor da ação e desvalor do resultado nos crimes culposos de trânsito.....	121
15. A multa reparatória no Código de Trânsito Brasileiro .....	125
16. Majorantes do crime de homicídio.....	128
16.1 Majorante para o homicídio culposo (§ 4º, 1ª parte) .....	128
16.1.1 Natureza da omissão de socorro no homicídio culposo: omissão própria ou omissão imprópria .....	130
16.2 Homicídio doloso contra menor de 14 anos ou maior de 60 anos (§ 4º, 2ª parte) .....	132
16.3 Homicídio doloso praticado por milícia privada.....	133
17. Isenção de pena ou perdão judicial: natureza jurídica .....	134
18. Homicídio e <i>aberratio ictus</i> .....	136
19. Inexigibilidade de outra conduta: coação irresistível e obediência hierárquica ..	137
20. Crime impossível ou tentativa inidônea .....	141
21. Pena e ação penal.....	142
 <b>CAPÍTULO III   FEMINICÍDIO: CRIME DISCRIMINATÓRIO POR RAZÕES DE GÊNERO</b>	
1. Considerações preliminares.....	145
2. Impropriedade terminológica: “feminicídio” .....	147
3. Matar alguém: feminicídio ou homicídio .....	147
3.1 Elementos qualificadores do feminicídio.....	148
3.1.1 Violência doméstica e familiar .....	149
3.1.2 Menosprezo ou discriminação da mulher.....	150
3.2. Sujeitos ativo e passivo .....	150
3.2.1 Sujeito ativo .....	150
3.2.2 Sujeito passivo .....	150
4. Majorantes ou causas especiais de aumentos .....	154
4.1 Durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto .....	154
4.2 Contra pessoa menor de 14 anos e maior de 60, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental .....	155
4.3 Na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima .....	156

4.4 Em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei n. 11.340, de agosto de 2006 .....	157
5. Ação penal pública incondicionada e penas aplicáveis. ....	157
5.1. Ação penal pública subsidiária .....	158
<b>CAPÍTULO IV   HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR</b>	
1. Considerações preliminares.....	160
2. Bem jurídico tutelado.....	161
3. Desvalor da ação e desvalor do resultado nos crimes culposos de trânsito .	163
4. Sujeitos ativo e passivo .....	168
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	169
5.1 Estrutura típica do crime culposo .....	171
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	174
6.1 Dolo eventual e culpa consciente .....	176
6.2 Concorrência e compensação de culpas .....	179
7. Homicídio culposo de trânsito qualificado.....	179
7.1 Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência ...	181
7.2 Semelhanças e dessemelhanças das locuções “sob influência de bebida alcoólica” e com capacidade psicomotora alterada pela influência de álcool .....	182
8. Concurso de pessoas em homicídio culposo .....	183
9. Majorantes do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor ..	185
9.1 Ausência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação ....	185
9.2 Homicídio culposo praticado em faixa de pedestres ou na calçada .	186
9.3 Omissão de socorro à vítima do acidente .....	187
9.4 Homicídio culposo praticado por motorista profissional na direção de veículo de transporte de passageiros.....	189
10. Conflito de normas mais que aparente: § 2º do art. 302 e art. 308, § 2º ..	189
11. Consumação e tentativa .....	191
12. Classificação doutrinária .....	191
13. Aplicabilidade do perdão judicial.....	191
14. (In)suficiência da substituição da pena de prisão no homicídio culposo de trânsito .....	193
14.1 <i>Modus operandi</i> : sem violência ou grave ameaça à pessoa (art. 44, I, CP) — desvalor da ação e do resultado .....	197
14.2 Desvalor da ação e desvalor do resultado como objetos de valoração do injusto culpável.....	197

14.3 Valoração (negativa) das circunstâncias do crime: omissão da sentença .	201
15. Penas e ação penal .....	204

## **CAPÍTULO V | INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO E À AUTOMUTILAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	206
2. Bem jurídico tutelado.....	208
3. Natureza jurídica da morte e das lesões corporais de natureza grave .....	209
4. Sujeitos ativo e passivo .....	211
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	213
5.1 Prestação de auxílio mediante omissão .....	215
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	216
7. Consumação e tentativa de auxílio ao suicídio ou à automutilação .....	217
7.1 <i>Nomen iuris</i> e estrutura do tipo penal .....	219
7.2 Crime material: plurissubsistente .....	219
7.3 Espécie de tentativa .....	221
8. Classificação doutrinária .....	222
9. Causas de aumento de pena e transformação da imputação.....	223
9.1 Duplicação da pena em razão da motivação, da menoridade ou diminuição da capacidade de resistência (§ 3º) .....	223
9.2 A pena é aumentada até o dobro se a conduta for realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real (§ 4º).....	227
9.3 A pena é aumentada em metade se o agente for líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (§ 5º) .....	227
9.4 A infeliz transformação de um crime tentado em outro consumado mais grave .....	228
9.5 A vulnerabilidade absoluta da vítima converte suicídio e automutilação em homicídio.....	231
9.5.1 Abrangência do conceito de vulnerabilidade e da violência implícita.....	231
9.6 Autoria mediata e a teoria do domínio do fato .....	232
10. Questões especiais.....	235
11. Pena e ação penal.....	237

## **CAPÍTULO VI | INFANTICÍDIO**

1. Considerações preliminares.....	239
2. Bem jurídico tutelado.....	240
3. Sujeitos ativo e passivo .....	240
4. O estado puerperal como elementar normativa.....	241
5. Elemento normativo temporal .....	243

6. Tipo objetivo: adequação típica .....	244
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	245
8. Consumação e tentativa.....	247
9. Concurso de pessoas no <i>delictum exceptum</i> .....	248
10. Classificação doutrinária .....	252
11. Pena e ação penal.....	252

## CAPÍTULO VII | ABORTO

1. Considerações preliminares.....	254
2. Bem jurídico tutelado.....	255
3. Sujeitos ativo e passivo .....	256
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	256
5. Espécies de aborto criminoso.....	257
5.1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento .....	257
5.1.1 Aborto “consentido” e teoria monística da ação.....	258
5.2 Aborto provocado sem consentimento da gestante .....	259
5.3 Aborto provocado com consentimento da gestante.....	260
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	260
7. Consumação e tentativa.....	261
8. Classificação doutrinária .....	262
9. Figuras majoradas de aborto.....	262
10. Excludentes especiais da ilicitude: aborto necessário e aborto humanitário ...	263
10.1 Aborto necessário ou terapêutico.....	264
10.2 Aborto humanitário ou ético .....	265
10.3 Aborto necessário ou humanitário praticados por enfermeira.....	265
10.4 Aborto ético-humanitário – um caso concreto .....	267
10.4.1 Contextualização dos fatos.....	267
10.4.2 Aborto humanitário, ético ou sentimental.....	267
10.4.3 Da neutralidade do exame técnico-jurídico dessa modalidade de aborto .....	268
10.4.4 Inexigibilidade de conduta diversa: ausência de fundamento para censura social.....	270
11. Aborto anencefálico: respeito à dignidade humana da gestante.....	273
11.1 Inexigibilidade de conduta diversa: ausência de fundamento para censura social .....	281
12. Ação penal e sanção penal .....	285

## CAPÍTULO VIII | LESÃO CORPORAL

1. Considerações preliminares.....	288
2. Bem jurídico tutelado.....	288

3. Sujeitos ativo e passivo .....	289
4. Autolesão: impunível .....	289
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	290
6. Lesão corporal leve e princípio da insignificância .....	291
7. Tipo subjetivo: adequação típica .....	292
8. Consumação e tentativa .....	293
9. Classificação doutrinária .....	294
10. Lesão corporal leve ou simples .....	294
11. Lesão corporal preterdolosa: previsão legal .....	294
12. Lesão corporal grave .....	296
12.1 Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias .....	296
12.1.1 Exame complementar: validade .....	297
12.2 Perigo de vida .....	297
12.3 Debilidade permanente de membro, sentido ou função .....	298
12.4 Aceleração de parto .....	299
13. Lesão corporal gravíssima .....	299
13.1 Incapacidade permanente para o trabalho .....	300
13.2 Enfermidade incurável .....	300
13.3 Perda ou inutilização de membro, sentido ou função .....	301
13.4 Deformidade permanente .....	302
13.5 Aborto .....	303
14. Lesão corporal seguida de morte .....	303
15. Lesões majoradas .....	304
15.1 Lesão corporal praticada por milícia privada .....	304
15.2 Lesão corporal dolosa contra policiais e familiares .....	305
16. Figuras privilegiadas .....	306
16.1 Lesões corporais privilegiadas: obrigatoriedade da redução de pena ....	309
17. Lesão corporal culposa .....	309
18. Isenção de pena ou perdão judicial .....	310
19. Violência doméstica ou lesões corporais domésticas .....	311
19.1 Considerações preliminares .....	311
19.2 Violência doméstica: adequação típica .....	312
19.3 Violência e lesão corporal: distinção .....	316
19.4 Natureza da ação penal no crime de “violência doméstica” .....	317
19.5 Descumprimento de medidas protetivas de urgência .....	318
19.5.1 Bem jurídico tutelado .....	319
19.5.2 Sujeitos do crime .....	319
19.5.3 Tipo objetivo: adequação típica .....	319
19.5.4 Tipo subjetivo: adequação típica .....	319
20. Pena e ação penal .....	320

**CAPÍTULO IX | LESÃO CORPORAL CULPOSA NO TRÂNSITO**

1. Considerações preliminares.....	321
2. Bem jurídico tutelado.....	322
3. Sujeitos ativo e passivo .....	323
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	323
5. Elementos estruturais da lesão corporal culposa .....	326
6. Causas especiais de aumento de pena na lesão corporal culposa .....	326
6.1 Ausência de permissão para dirigir ou de carteira de habilitação ....	327
6.2 Lesão corporal culposa praticada em faixa de pedestres ou na calçada ..	328
6.3 Omissão de socorro à vítima do acidente.....	328
6.4 Lesão corporal culposa praticada por motorista profissional na direção de veículo de transporte de passageiros.....	330
7. Lesão corporal culposa qualificada .....	330
7.1 Capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa .....	332
7.2 Que do crime resulte lesão corporal de natureza grave ou gravíssima ....	335
7.2.1 Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de 30 dias..	335
7.2.2 Perigo de vida .....	336
7.2.3 Debilidade permanente de membro, sentido ou função.....	337
7.2.4 Aceleração de parto.....	337
7.3 Lesão corporal gravíssima .....	338
7.3.1 Incapacidade permanente para o trabalho.....	338
7.3.2 Enfermidade incurável .....	339
7.3.3 Perda ou inutilização de membro, sentido ou função .....	340
7.3.4 Deformidade permanente .....	341
7.3.5 Aborto .....	341
8. Tipo subjetivo: adequação típica da lesão qualificada culposa .....	342
9. Consumação e tentativa.....	343
10. Classificação doutrinária .....	343
11. Aplicabilidade do perdão judicial.....	344
12. Pena e natureza da ação penal .....	344

**CAPÍTULO X | PERIGO DE CONTÁGIO VENÉREO**

1. Considerações preliminares.....	345
2. Bem jurídico tutelado.....	346
3. Sujeitos ativo e passivo .....	347
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	348
4.1 Tipo penal aberto e norma penal em branco .....	349



5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	350
5.1 Elementos normativos: “sabe” ou “deve saber” .....	351
5.1.1 Postulados fundamentais das teorias do dolo e da culpabilidade ...	351
5.1.2 Sentido e função das elementares “sabe” e “deve saber” na definição do crime de perigo de contágio venéreo .....	353
5.2 Espécies de dolo: direto e eventual.....	355
5.2.1 Dolo direto e eventual — “sabe” que está contaminado .....	356
5.2.2 Dolo eventual — “deve saber” que está contaminado.....	357
5.2.3 Qualificadora e elemento subjetivo especial do tipo.....	358
6. Consumação e tentativa .....	359
7. Crime impossível .....	359
8. Classificação doutrinária .....	360
9. Formas qualificadas .....	360
10. Concurso de crimes e princípio da subsidiariedade .....	360
11. Pena e ação penal.....	362

## **CAPÍTULO XI | PERIGO DE CONTÁGIO DE MOLÉSTIA GRAVE**

1. Considerações preliminares.....	363
2. Bem jurídico tutelado.....	364
3. Sujeitos ativo e passivo .....	364
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	364
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	366
5.1 Dolo direto — elemento subjetivo geral .....	367
5.2 Elemento subjetivo especial do tipo e dolo eventual.....	367
5.2.1 Elemento subjetivo especial do tipo ou elemento subjetivo especial do injusto.....	368
5.2.2 Delitos de intenção.....	369
6. Consumação e tentativa.....	370
7. Crime impossível .....	370
8. Erro de tipo e erro de proibição .....	370
9. Classificação doutrinária .....	372
10. Questões especiais.....	372
11. Pena e ação penal.....	373

## **CAPÍTULO XII | PERIGO PARA A VIDA OU SAÚDE DE OUTREM**

1. Considerações preliminares.....	374
2. Bem jurídico tutelado.....	376
3. Sujeitos ativo e passivo .....	376
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	377
4.1 Subsidiariedade típica .....	379

5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	379
6. Exclusão do crime.....	380
7. Consumação e tentativa.....	380
8. Classificação doutrinária .....	381
9. Forma culposa .....	381
10. Figura majorada: transporte de pessoas para a prestação de serviços.....	382
11. Perigo para a vida ou saúde de outrem e porte ilegal de arma (Lei n. 10.826/2003).....	382
11.1 Perigo para a vida ou saúde de outrem, disparo de arma de fogo e conflito aparente de normas .....	384
12. Pena e ação penal.....	388

### CAPÍTULO XIII | ABANDONO DE INCAPAZ

1. Considerações preliminares.....	389
2. Bem jurídico tutelado.....	390
3. Sujeitos ativo e passivo .....	392
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	394
4.1 Abandono de incapaz e crimes omissivos impróprios: uma visão crítica .....	396
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	398
6. Consumação e tentativa.....	399
7. Classificação doutrinária .....	399
8. Formas qualificadas .....	400
8.1 Majoração de pena .....	400
8.2 Causa de aumento assegurada pelo Estatuto do Idoso: maior de 60 anos.....	401
9. Forma culposa .....	401
10. Pena e ação penal.....	402

### CAPÍTULO XIV | EXPOSIÇÃO OU ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO

1. Considerações preliminares.....	403
2. Bem jurídico tutelado.....	405
3. Sujeitos ativo e passivo .....	405
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	408
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	410
6. Consumação e tentativa.....	410
7. Classificação doutrinária .....	411
8. Formas qualificadas .....	411
9. Forma culposa .....	412
10. Pena e ação penal.....	412

**CAPÍTULO XV | OMISSÃO DE SOCORRO**

1. Considerações preliminares.....	413
2. Bem jurídico tutelado.....	414
3. Sujeitos ativo e passivo .....	416
4. Crimes omissivos próprios.....	417
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	418
5.1 Elementares típicas: possibilidade e ausência de risco pessoal.....	419
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	421
7. Concurso de pessoas nos crimes omissivos.....	421
8. Consumação e tentativa .....	423
9. Classificação doutrinária .....	423
10. Figuras majoradas.....	424
10.1 Figuras majoradas: relação de causalidade.....	424
11. Pena e ação penal.....	424

**CAPÍTULO XVI | CONDICIONAMENTO DE ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EMERGENCIAL**

1. Considerações preliminares.....	426
2. Bem jurídico tutelado.....	427
3. Sujeitos ativo e passivo .....	428
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	428
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	430
6. Classificação doutrinária .....	430
7. Consumação e tentativa .....	430
8. Pena e ação penal.....	431

**CAPÍTULO XVII | MAUS-TRATOS**

1. Considerações preliminares.....	432
2. Bem jurídico tutelado.....	433
3. Sujeitos ativo e passivo .....	434
4. Elementar especial: relação subordinativa entre sujeitos ativo e passivo.....	434
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	435
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	437
7. Consumação e tentativa.....	438
8. Classificação doutrinária .....	438
9. Formas qualificadas.....	438
9.1 Figura majorada .....	439
10. Pena e ação penal.....	439

**CAPÍTULO XVIII | RIXA**

1. Considerações preliminares.....	440
2. Bem jurídico tutelado.....	441

3. Sujeitos ativo e passivo .....	442
4. Participantes da rixa .....	442
5. Tipo objetivo: adequação típica .....	444
6. Tipo subjetivo: adequação típica.....	444
7. Consumação e tentativa .....	445
8. Rixa e legítima defesa .....	445
9. Classificação doutrinária .....	446
10. Figuras qualificadas .....	446
11. Pena e ação penal.....	447

## **CAPÍTULO XIX | CALÚNIA**

1. Considerações preliminares.....	449
2. Bem jurídico tutelado.....	449
2.1 Consentimento do ofendido como excludente de tipicidade.....	450
3. Sujeitos ativo e passivo .....	451
3.1 Crimes contra a honra e a pessoa jurídica como sujeito passivo.....	453
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	454
4.1 Imputar, falsamente, fato definido como crime .....	455
4.2 Propalação da calúnia.....	456
5. Elemento normativo do tipo: falsamente.....	457
6. Calúnia contra os mortos.....	458
7. Tipo subjetivo: adequação típica.....	458
8. Semelhanças e dessemelhanças entre calúnia, difamação e injúria.....	459
9. Consumação e tentativa .....	461
10. Classificação doutrinária .....	461
11. Exceção da verdade .....	461
11.1 Exceção da verdade e foro privilegiado: competência .....	463
12. Calúnia e imputação verdadeira de fato definido como crime: ausência da elementar “falsamente”.....	465
13. Calúnia e denúncia caluniosa: distinção .....	468
14. Crime de calúnia e exercício da advocacia: incompatibilidade .....	469
15. Pena e ação penal.....	470

## **CAPÍTULO XX | DIFAMAÇÃO**

1. Considerações preliminares.....	471
2. Bem jurídico tutelado.....	471
3. Sujeitos ativo e passivo .....	472
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	473
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	475
6. Consumação e tentativa .....	475

7. Classificação doutrinária .....	476
8. Figuras majoradas.....	476
9. Exceção da verdade .....	476
9.1 Exceção da notoriedade .....	478
10. Pena e ação penal.....	479

## **CAPÍTULO XXI | INJÚRIA**

1. Considerações preliminares .....	480
2. Bem jurídico tutelado.....	481
3. Sujeitos ativo e passivo .....	482
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	483
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	484
6. Consumação e tentativa.....	485
7. Classificação doutrinária .....	486
8. Exceção da verdade: inadmissibilidade .....	486
9. Perdão judicial: direito público subjetivo .....	487
9.1 Provocação reprovável e retorsão imediata .....	488
9.1.1 Quando o ofendido, de forma reprovável, provoca diretamente a injúria .....	488
9.1.2 No caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria ....	489
9.2 Compensação de injúrias .....	490
10. Injúria real contra injúria real, legítima defesa e provocação .....	491
11. Injúria real (qualificada) .....	492
11.1 Injúria real: a elementar “violência” e lesões corporais — distinção	494
11.2 Injúria real e por preconceito; desvalor da ação e desvalor do resultado ....	495
12. Injúria racial, qualificada como injúria preconceituosa .....	496
12.1 Elemento subjetivo especial da injúria preconceituosa .....	499
12.2 Pena e ação penal da injúria preconceituosa .....	500
13. Concurso de crimes e absorção .....	501
14. O necessário cotejamento entre os crimes de injúria majorada e desacato	502
15. Pena e ação penal.....	504

## **CAPÍTULO XXII | DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CRIMES CONTRA A HONRA**

1. Considerações preliminares.....	507
2. Formas majoradas dos crimes contra a honra .....	507
2.1 Contra o presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro .....	508
2.2 Contra funcionário público, em razão de suas funções .....	509
2.3 Na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria .....	510

2.4	Contra pessoa maior de 60 anos ou portadora de deficiência .....	511
2.5	Mediante paga ou promessa de recompensa .....	511
3.	Causas especiais de exclusão de crimes .....	512
3.1	Natureza jurídica das excludentes especiais .....	512
3.2	Excludentes especiais e elemento subjetivo.....	513
3.3	Espécies de excludentes especiais .....	514
3.3.1	Ofensa irrogada em juízo (I) — imunidade judiciária .....	515
3.3.1.1	Limites subjetivos da imunidade judiciária .....	515
3.3.2	Inviolabilidade profissional: em juízo ou fora dele .....	517
3.3.2.1	No exercício da atividade: em juízo ou fora dele....	519
3.3.3	Crítica literária, artística ou científica (II) .....	519
3.3.4	Conceito desfavorável emitido por funcionário público (III).....	520
4.	Retratação .....	521
4.1	Efeitos da retratação .....	523
4.2	Forma, conteúdo e momento processual da retratação .....	523
4.3	Retratação nos crimes de ação pública condicionada: possibilidade ....	524
5.	Pedido de explicações em juízo: interpelação judicial.....	525
5.1	Competência para julgamento das explicações.....	526
6.	Ação penal nos crimes contra a honra .....	527
6.1	Espécies de ação penal.....	527
6.1.1	Ação penal pública.....	527
6.1.2	Ação penal privada .....	528
6.2	Ação penal nos crimes de calúnia, difamação e injúria .....	530

## CAPÍTULO XXIII | CONSTRANGIMENTO ILEGAL

1.	Considerações preliminares.....	531
2.	Bem jurídico tutelado .....	532
3.	Sujeitos ativo e passivo .....	532
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	533
4.1	Formas ou meios de execução.....	535
4.2	Crime de constrangimento ilegal e crime de tortura .....	538
5.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	539
6.	Consumação e tentativa .....	539
7.	Concurso com crimes praticados com violência .....	540
8.	Classificação doutrinária .....	541
9.	Formas majoradas (§1º).....	541
10.	Natureza subsidiária .....	543
11.	Exclusão de tipicidade .....	544
12.	Pena e ação penal.....	545

**CAPÍTULO XXIV | AMEAÇA**

1. Considerações preliminares.....	546
2. Bem jurídico tutelado.....	547
3. Sujeitos ativo e passivo .....	547
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	548
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	551
6. Consumação e tentativa .....	552
7. Classificação doutrinária .....	552
8. Natureza subsidiária .....	553
9. Pena e ação penal.....	553

**CAPÍTULO XXV | SEQUESTRO E CÂRCERE PRIVADO**

1. Considerações preliminares.....	554
2. Bem jurídico tutelado.....	555
3. Sujeitos ativo e passivo .....	556
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	556
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	558
6. Consumação e tentativa .....	558
7. Classificação doutrinária .....	559
8. Formas qualificadas .....	559
8.1 Se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de sessenta anos (§ 1º, I).....	560
8.2 Se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital (§ 1º, II).....	561
8.3 Se a privação da liberdade dura mais de quinze dias (§ 1º, III).....	561
8.4 Se o crime é praticado contra vítima menor de dezoito anos (§ 1º, IV).....	562
8.5 Se o sequestro ou cárcere privado é praticado com finalidade libidinoso (§ 1º, V).....	562
8.6 Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral (§ 2º) .....	562
9. Concurso entre os crimes de sequestro e de roubo .....	563
10. Pena e ação penal.....	564

**CAPÍTULO XXVI | REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO**

1. Considerações preliminares.....	565
2. Bem jurídico tutelado.....	566
3. Sujeitos ativo e passivo .....	568
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	568
5. Tipo subjetivo: adequação típica .....	570
6. Consumação e tentativa .....	571

7. Classificação doutrinária .....	571
8. Redução a condição análoga à de escravo e crimes afins.....	571
9. Pena e ação penal.....	572
10. As alterações procedidas pela Lei n. 10.803/2003 .....	572
10.1 Considerações preliminares .....	572
10.2 As inovações conferidas pelo novo diploma legal .....	574
10.2.1 Figuras assimiladas de redução a condição análoga à de escravo.....	576
10.3 Causas especiais de aumento: as “neomajorantes”.....	576
10.4 As novas sanções penais: pena de multa, além da correspondente à violência .....	577

## **CAPÍTULO XXVII | TRÁFICO DE PESSOAS**

1. Considerações preliminares.....	579
2. Bens jurídicos tutelados .....	581
2.1 Bem jurídico tutelado no crime de redução a condição análoga à de escravo.....	582
2.2 Bens jurídicos tutelados no crime de tráfico de pessoas para fins sexuais.....	582
3. Sujeitos ativo e passivo .....	583
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	584
4.1 Elementares normativas da constituição típica.....	585
4.1.1 Mediante grave ameaça.....	585
4.1.2 Mediante violência .....	586
4.1.3 Mediante coação .....	586
4.1.4 Mediante fraude ou abuso .....	587
4.2 Elementares subjetivas do tipo penal — finalidades específicas.....	588
4.2.1 Remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo .....	588
4.2.2 Submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo ou a qualquer tipo de servidão .....	589
4.2.3 Adoção ilegal .....	590
4.2.4 Exploração sexual.....	592
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	593
6. Consumação e tentativa.....	595
7. Classificação doutrinária .....	595
8. Sanção penal, majorantes, minorante e ação penal .....	596

## **CAPÍTULO XXVIII | VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO**

1. Considerações preliminares.....	599
2. Bem jurídico tutelado.....	599



2.1	Definição jurídico-penal de “domicílio” .....	601
2.2	Definição jurídico-penal de “casa” .....	602
3.	Sujeitos ativo e passivo .....	604
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	605
4.1	Formas de entrada ou permanência: francas, astuciosas ou clandestinas.....	606
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	607
6.	Consumação e tentativa.....	607
7.	Classificação doutrinária .....	608
8.	Formas qualificadas: tipos derivados .....	608
9.	Formas majoradas: causas de aumento .....	611
10.	Invasão de domicílio e conflito aparente de normas: subsidiariedade.....	614
11.	Causas de exclusão da antijuridicidade .....	617
11.1	Excludentes especiais.....	618
11.2	“Novas” excludentes constitucionais .....	621
11.3	Excludentes gerais .....	622
12.	Pena e ação penal.....	622

## **CAPÍTULO XXIX | VIOLAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA**

1.	Considerações preliminares.....	624
2.	Bem jurídico tutelado.....	624
3.	Sujeitos ativo e passivo .....	625
4.	Tipo objetivo: adequação típica .....	626
4.1	Violação de correspondência .....	626
4.1.1	Elemento normativo do tipo: “indevidamente”. Inconstitucionalidade das “exceções legais” .....	627
4.2	Aposseamento de correspondência .....	628
4.3	Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica....	630
4.4	Interceptação de comunicação telefônica .....	631
4.5	Impedimento de comunicação ou conversação.....	631
4.6	Instalação ou utilização ilegal de estação ou aparelho radioelétrico ....	632
5.	Tipo subjetivo: adequação típica.....	632
6.	Consumação e tentativa.....	633
7.	Classificação doutrinária .....	633
8.	(I)legitimidade da devassa de correspondência pelo cônjuge do destinatário ....	634
9.	Formas majoradas e qualificadas .....	634
10.	Subsidiariedade.....	635
11.	Exclusão de ilicitude .....	635
12.	Pena e ação penal.....	635

**CAPÍTULO XXX | CORRESPONDÊNCIA COMERCIAL**

1. Considerações preliminares.....	637
2. Bem jurídico tutelado.....	637
3. Sujeitos ativo e passivo .....	638
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	639
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	639
6. Consumação e tentativa.....	640
7. Classificação doutrinária .....	640
8. Pena e ação penal.....	640

**CAPÍTULO XXXI | DIVULGAÇÃO DE SEGREDO**

1. Considerações preliminares.....	641
2. Bem jurídico tutelado.....	642
3. Sujeitos ativo e passivo .....	642
4. Tipo objetivo: adequação típica.....	644
4.1 Definição de documento particular ou correspondência confidencial.....	644
4.2 Elemento normativo do tipo: sem justa causa .....	646
4.3 Natureza do segredo tutelado: tipo aberto.....	647
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	647
6. Consumação e tentativa.....	648
7. Classificação doutrinária .....	648
8. Nova figura penal acrescentada pela Lei n. 9.983/2000 .....	648
9. Pena e ação penal.....	650

**CAPÍTULO XXXII | VIOLAÇÃO DO SEGREDO PROFISSIONAL**

1. Considerações preliminares.....	651
2. Bem jurídico tutelado.....	651
3. Sujeitos ativo e passivo .....	652
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	653
5. Tipo subjetivo: adequação típica.....	654
6. Consumação e tentativa.....	654
7. Elemento normativo da descrição típica: sem justa causa.....	655
8. Classificação doutrinária .....	656
9. Pena e ação penal.....	656

**CAPÍTULO XXXIII | INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO**

1. Considerações preliminares.....	658
2. Bem jurídico tutelado.....	659
3. Sujeitos ativo e passivo .....	660
4. Tipo objetivo: adequação típica .....	660

4.1	Mediante violação indevida de mecanismo de segurança .....	662
4.2	Definição de documento particular .....	663
4.3	Com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo .....	666
4.4	Com o fim de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita .....	666
5.	Figuras equiparadas: produção, oferta, distribuição, venda ou difusão de dispositivo ou programa de computador .....	667
5.1	Com o intuito de permitir a prática da conduta definida no <i>caput</i> ..	668
5.2	Majorante aplicável somente às figuras descritas no <i>caput</i> e no § 1º: ocorrência de prejuízo econômico (§ 2º) .....	668
6.	Figuras qualificadas: violação de comunicações eletrônicas privadas, segredo e informações sigilosas .....	669
6.1	Obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas .....	669
6.2	Obtenção de segredos comerciais ou industriais .....	670
6.3	Obtenção de informações sigilosas, assim definidas em lei .....	671
6.4	Obtenção de controle remoto não autorizado do dispositivo invadido...	671
7.	Majorantes aplicáveis à figura qualificada constante do § 3º .....	672
7.1	Se houver divulgação .....	672
7.2	Se houver comercialização .....	673
7.3	Se houver transmissão a terceiros .....	673
8.	Tipo subjetivo: adequação típica .....	674
9.	Consumação e tentativa .....	675
10.	Classificação doutrinária .....	675
11.	Pena e ação penal .....	676
	<i>Bibliografia</i> .....	677